

# SUMÁRIO

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO .....	15
1 A necessidade de reformulação da base principiológica dos contratos .....	17
2 A crise dos contratos .....	18
3 Concepções a respeito do direito dos contratos .....	21
3.1 Doutrina clássica .....	21
3.2 Doutrina moderna .....	23
3.3 Controvérsia sobre o tema .....	25
4 Síntese .....	27
Capítulo 2 – METODOLOGIA: OS FUNDAMENTOS DO DIREITO .....	29
1 Direito e sociedade .....	31
2 Direito e valores .....	35
3 O método adotado .....	36
Capítulo 3 – DAS MUDANÇAS SOCIAIS E ECONÔMICAS E O SEU REFLEXO NO DIREITO DOS CONTRATOS .....	45
1 Importância do tema .....	47
2 O estado liberal .....	47
3 O estado social .....	54

4	As repercussões das mudanças socioeconômicas no direito contratual .....	60
5	O fenômeno da massificação e suas conseqüências no direito dos contratos .....	61
Capítulo 4 – FUNÇÕES DOS CONTRATOS .....		63
1	Função econômica dos contratos .....	65
2	Função social do contrato .....	66
Capítulo 5 – FUNDAMENTO DA VINCULATIVIDADE DO CONTRATO .....		71
1	Teorias da vontade e da declaração .....	73
2	Crítica às teorias da vontade e da declaração .....	76
3	Teoria preceptiva .....	76
4	Teoria normativa .....	79
5	Classificação que adotamos .....	82
6	Força vinculativa: Valores e princípios constitucionais ....	83
7	Força vinculante: Princípio da autonomia privada e princípio da boa-fé .....	85
Capítulo 6 – OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO CONTRATUAL .....		87
1	Função social do contrato e valores .....	89
1.1	Liberdade .....	89
1.2	Igualdade .....	90
1.3	Dignidade da pessoa humana .....	91
1.4	Justiça .....	92
1.5	Bem comum .....	93
2	Valores e a nova principiologia do direito dos contratos ..	93
Capítulo 7 – O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA .....		97

1	Fundamento da autonomia privada .....	99
2	Críticas à concepção da autonomia da vontade como fruto do valor jurídico liberdade .....	100
3	Autonomia da vontade e autonomia privada .....	102
4	Definição de autonomia privada .....	103
5	Autonomia privada e o princípio da obrigatoriedade contratual .....	104
6	Autonomia privada e o princípio do consensualismo .....	107
7	Autonomia privada e o princípio da relatividade dos efeitos do contrato .....	109
8	A relevância da autonomia privada .....	110
 Capítulo 8 – O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ .....		113
1	Do valor jurídico do bem comum como fundamento da boa-fé .....	115
2	Importância da boa-fé no direito contratual .....	116
3	Boa-fé subjetiva e objetiva. Distinção .....	117
3.1	Boa-fé subjetiva .....	117
3.2	Boa-fé subjetiva e tutela da aparência jurídica .....	120
3.3	Boa-fé objetiva .....	123
4	A segurança jurídica e a boa-fé .....	125
5	Função interpretativa da boa-fé .....	127
6	O princípio da boa-fé e o abuso de direito .....	129
7	Boa-fé e vícios da vontade .....	131
7.1	Do erro e do dolo .....	133
7.2	Da coação .....	135
7.3	Do estado de perigo .....	137
7.4	Da lesão .....	138
8	Princípio da boa-fé e princípio da justiça contratual .....	140
 Capítulo 9 – O PRINCÍPIO DA JUSTIÇA CONTRATUAL .....		143
1	O valor da justiça social e a justiça contratual .....	145

2	Justiça formal e justiça material . . . . .	147
3	Princípio da justiça contratual: Abrangência . . . . .	148
3.1	Princípio da equivalência objetiva das prestações . . . . .	148
3.2	Princípio da justa distribuição de ônus e riscos . . . . .	149
3.3	Alcance do princípio da justiça contratual . . . . .	151
4	Princípio da justiça contratual: Vícios da vontade e incapacidade . . . . .	155
5	Princípio da justiça contratual e abuso de direito . . . . .	156
6	Teoria da imprevisão . . . . .	157
7	Importância do princípio da justiça contratual . . . . .	160
	<b>Conclusão . . . . .</b>	<b>161</b>
	<b>Referências bibliográficas . . . . .</b>	<b>163</b>